

Boletim de Conjuntura

Informativo bimestral produzido pela PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

Sem razão para confetes

O governo muito comemorou a divulgação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no dia 6 de janeiro, relativo ao ano de 2011, que ficou em 6,5%. Trata-se do maior valor desde 2004, quando a inflação atingiu 7,6%. O Índice atingiu o topo da meta e com isso, o Brasil fica dentro da meta pela 10ª vez depois de adotado o sistema de metas de inflação. Entretanto, se analisarmos friamente os fatos, verificamos que pelo segundo ano consecutivo a

inflação ficou bem acima do centro da meta estipulada pelo Banco Central (4,5%), e que esse resultado foi facilitado por algumas manobras realizadas pelo governo, que nos deixam na dúvida até que ponto a inflação registrada não foi produzida artificialmente e se de fato reflete o aumento do custo de vida no país.

A inflação de 2011 pode ser lembrada por algumas características marcantes. Em primeiro lugar podemos destacar a participação do grupo Alimentação, que segundo o IBGE foi responsável por 23,46% do orçamento das famílias, contribuindo com 1,69 pontos percentuais do índice, ou seja, 26% do IPCA. O destaque vai para o subgrupo alimentação fora do domicílio, que teve aumento de 10,49% em 2011. Muito desse aumento de participação dos alimentos no índice pode ser explicada pelos preços das carnes, que estão com excesso de demanda em relação à oferta. Carnes mais nobres, como *filet* mignon e picanha, mais procuradas com o aumento de renda da população, chegaram ter aumento de preço de mais de 50% em 2011.



CONTATOS

Tel.: (11) 5085-3590 | (21) 9419-8852

E-mail: proteste@proteste.org.br

Site: www.proteste.org.br

EXPEDIENTE:

O Boletim de Conjuntura é uma publicação bimestral da PROTESTE – Associação Brasileira de Consumidores

Jornalista responsável: Airam Lima Jr. (MTb 23629/SP)

Outro fator marcante da inflação em 2011 foi a postura ativa do governo em controlar alguns preços. O preço da gasolina, por exemplo, apesar de estar em alta no mercado internacional, teve pouca variação proporcionalmente no Brasil, já que o governo reduziu o imposto que incide sobre o combustível, a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), de R\$ 0,19 para R\$ 0,09 por litro. Outra medida que ficou muito em evidência, por ter sido tomada em dezembro (mês decisivo para saber se a inflação ficaria dentro ou fora da meta), foi a eliminação ou redução do IPI (Imposto sobre produtos industriais) para alguns eletrodomésticos de linha branca como fogão, máquina de lavar e geladeira. Além disso, podemos citar a ausência de aumento dos preços na telefonia fixa, que é feita tradicionalmente em outubro; o adiamento do aumento da alíquota do IPI sobre cigarros (que antes estava programada para dezembro); e o significativo aumento do preço da passagem de transportes públicos em muitas capitais brasileiras para o início de 2012.

Para 2012, o mercado aponta perspectivas mais favoráveis, a expectativa para o fechamento da inflação segundo o último Boletim Focus do Banco Central é de 5,3%. O otimismo em relação a este ano conta com um comportamento mais favorável dos preços administrados e alimentos e com a reponderação do IPCA prevista pelo IBGE, com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2008/2009. A mudança da metodologia para o cálculo do índice foi alvo de muita estranheza para muita gente, já que diminuía o peso de gastos como cigarro, educação e empregada doméstica do índice. Segundo projeções feitas, as mudanças previstas quando aplicadas retroativamente entre 2009 e 2011, resultaram em redução de 0,4 pontos percentuais da inflação oficial registrada nesses anos.

Sabemos que um país quando fica dentro da meta estipulada dentro de um contexto de sistema de metas de inflação é benéfico não só para o governo. Todos acabam sentindo seus efeitos de alguma forma, afinal o Banco Central conta com mais credibilidade internacional o que favorece maior investimento estrangeiro, maior confiança da própria população, o que diminui futuramente os custos de políticas anti-inflacionárias. Entretanto, cabe a nós refletir se os preços estão realmente diminuindo ou um aumento de preços está sendo na verdade maquiado para se vender credibilidade.

Ociosidade no mercado de trabalho: por que há desemprego se sobram vagas?

Ultimamente muito se fala sobre a questão de vagas sobrando no mercado de trabalho que não são preenchidas por falta de profissionais qualificados. Quase sempre há vagas ociosas, independentemente do ramo, do setor ou da região do país. Nas regiões sul e sudeste, por

exemplo, há um déficit significativo de mão de obra voltada a serviços gerais e trabalhos mais simples como auxiliares de serviços gerais, motoristas, torneiros, garçons, açougueiros e marcenaria.

Observando dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME), a análise fica mais interessante quando observamos também um déficit de mão de obra, só que de empregos de alta renda no centro-oeste, norte e nordeste. O agronegócio é um dos setores que mais cresceu na economia na última década, e tais regiões se tornaram polos de desenvolvimento não só neste ramo, mas também em outros setores que acabam usufruindo da série de vantagens que algumas cidades recebem do governo. Além do setor agrícola, há cidades e empresas que estão se situando nessas regiões e sofrem com a falta de mão de obra qualificada, que vão desde engenheiros, médicos, enfermeiros e farmacêuticos. E muitas vezes as empresas acabam recorrendo à mão de obra estrangeira – quando tratamos de profissionais de saúde, há uma grande parcela destes vindos de países próximos a essas regiões, como Bolívia, Colômbia e Guiana.

Constata-se maior carência de mão-de-obra na indústria, responsável pela demanda mais elevada do contingente de trabalhadores qualificados e com experiência profissional que a oferta atualmente disponível na condição de procura por trabalho. A falta de técnicos de nível médio é geral, mas a situação é mais crítica nas regiões já citadas. Por isso, algumas empresas optam por formar gente dentro de casa, subsidiando estudos e cursos para a população da região. Sabemos que o mercado para técnicos de nível médio e profissionalizante está aquecido, e especialistas explicam que as escolas não formam profissionais em número suficiente para atender à demanda das companhias. Afirmam também que o boom de empregos na área de agronomia, sucroalcooleira e empresarial é o caminho natural de desenvolvimento de regiões intensivas em recursos naturais e com grande potencial energético, agregando-se a programas governamentais de valorização e reestruturação dessas áreas, como o PAC (que visa desenvolver e criar empregos melhorando a qualidade de vida, principalmente em áreas de baixo crescimento). Associado a isto temos os subsídios do governo para estudo e refino do etanol, um combustível menos poluente e bastante visado por estrangeiros, e também fatores voltados mais a serviços como copa do mundo e olimpíadas nos próximos anos, levando as regiões a melhorar a infraestrutura.

Então, se há oferta em vários ramos e setores diferentes, a questão é entender os porquês restarem vagas ociosas. Não há consenso sobre um fator específico que afaste os profissionais ou impeça a mão de obra qualificada de exercer profissões. Mas há a ideia geral de que empresas nesses locais, apesar de oferecerem ganhos acima da média para trabalhadores

qualificados, pecam através de fatores exógenos ao mercado (por exemplo, ser uma cidade com baixa qualidade de vida, com um índice baixo de educação, a falta de informação e divulgação). Pode não ser atrativo para um médico, engenheiro, ou qualquer profissional que avalie se vale a pena ir para esses lugares e residir num local onde a criminalidade é muito grande mesmo com ganhos altos. Outra corrente defende que há também a baixa qualidade educacional do ensino público: no portal Capes observamos que as 10 faculdades de engenharia com os melhores conceitos situam-se no sul e sudeste, valendo o mesmo para faculdades de medicina e tecnologia. Para fins de ilustração, a média do conceito da Capes entre as 10 melhores faculdades de engenharia do sul e sudeste é de 4,7 enquanto as 10 melhores das regiões centro-oeste, norte e nordeste ficam com 3,1; isso sem mencionar os eternos problemas da educação básica e de ensino médio.

Há ainda outro sério problema: a acomodação do trabalhador. Segundo pesquisa da Firjan de desenvolvimento municipal, existem cidades, principalmente no Norte e Nordeste, que presenciam um estranho fenômeno: a recusa dos estudantes e trabalhadores em estudar por mais tempo e virarem profissionais mais capacitados. Por exemplo: a cidade de Ipojuca é considerada um dos polos industriais de Pernambuco e lá estão situadas algumas grandes empresas surgidas ao redor do Porto de Suape, inclusive uma refinaria da Petrobras para aproveitar as facilidades concedidas, o que levou Ipojuca a um significativo crescimento nos últimos anos. Além disso, por estar localizada na Região Metropolitana, possui setores de serviços e a indústria de transformação bastante avançados juntamente com algumas usinas que funcionam na cidade. O último Índice da Firjan sobre a realidade das cidades mostra que em Ipojuca não faltam postos de trabalho e o aumento da renda atingiu patamares máximos de pleno emprego. Acontece que a educação fundamental é atrasada, e a larga oferta de emprego acaba por esconder problemas sociais. Como há ofertas para diversos tipos de trabalho, os habitantes não pensam em cursar ensino superior e em certos casos recusam-se a terminar o ensino médio, em virtude da facilidade de emprego e grande parte da população segue despreocupada e acomodada em ganhar um salário que não consideram baixo para o padrão de vida local.

Em suma, é ótimo saber que o país gera empregos e que em determinadas áreas e regiões sobram vagas. Mas de nada adianta tentarem trazer bons profissionais se não há subsídios suficientes por parte das empresas e do governo, se não há educação de qualidade ou política de segurança eficiente que façam estes trabalhadores se manterem nas cidades no longo prazo constituindo família, por exemplo. As metas do governo em acordo com as empresas deveriam visar a redução das taxas de analfabetismo, o investimento em unidades de ensino integral já

para a educação fundamental e o aprimoramento da gestão de recursos públicos. Não há outra maneira de inserir a população no atual cenário de transformação econômica vivido pelo país sem um sistema educacional público à altura. Aí residem os motivos da ameaça de um desenvolvimento sem sustentabilidade, onde as melhores oportunidades de trabalho ficam com quem vem de fora, pois se há um consenso entre especialistas é que quanto mais anos de escolaridade, maior é a renda de um trabalhador.

Investimentos em títulos pré e pós fixados: panorama atual

Muito se fala e se pergunta sobre as aplicações no mercado de renda fixa e praticamente sempre em torno do mesmo dilema: aplicar em taxas pré ou pós-fixadas. Apesar de haver uma resposta padrão para esta pergunta, o que pode ser elucidado é como o investidor observa o cenário macroeconômico atual. E o mais importante: o que ele espera dos rumos da economia. Desde o início do segundo semestre do ano passado, o Comitê de Política Monetária (COPOM) vem dando cortes e diminuindo meio ponto percentual a taxa Selic, que está atualmente em 10,5% ao ano, a menor desde junho de 2010. Existe um consenso para o ano de 2012 em virtude de metas de inflação e crescimento do PIB que haverá queda na taxa Selic; no entanto, não há como prever seguramente que essa medida de política monetária expansionista realmente acontecerá ou o padrão de corte nos juros.

No caso dos pré-fixados, o investidor deve sempre lembrar que a rentabilidade do papel é dada antecipadamente e apenas se ele mantiver o título em mãos até o vencimento. Se o investidor o vende antes do vencimento, a rentabilidade pode variar. Para avaliarmos os ganhos de aplicações pré-fixadas, é preciso tentar estimar o comportamento da taxa básica de juros da economia, considerando a incerteza das previsões e as influências do mercado. Já no caso dos pós-fixados o rendimento é atrelado a algum indexador, como a taxa Selic, que é usada para corrigir a remuneração ou valor de títulos como as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), onde quanto menor for esta taxa básica de juros na economia, menor será a rentabilidade e vice-versa. Em outras palavras, indica-se aplicar em taxas pré-fixadas quando o investidor observa juros baixos ou uma queda na taxa Selic, o que diminui a rentabilidade destes títulos; e se ele observa uma tendência de alta na taxa de juros básica, este tende a investir em títulos pós-fixados, o que o garantiria um maior rendimento.

Os títulos pós-fixados possuem rentabilidade determinada por indexadores e um perfil de risco menor do que os papéis pré-fixados, mantidos sem alterar o prazo de emissão. Um forte aumento na taxa básica de juros da economia, por exemplo, deverá ter impacto negativo e

importante no que tange aos títulos pré-fixados; porém, terminam por tornar a rentabilidade de uma LFT mais atrativa. Assim, um papel pós-fixado pode ser mais recomendado para um investidor conservador do que um título pré-fixado. As aplicações pré-fixadas são mais arriscadas, porém podem proporcionar ganhos maiores e são mais indicadas àqueles propensos ao risco.

Existe um consenso entre economistas sobre as próximas reuniões do COPOM para definição da taxa Selic no primeiro quadrimestre de 2012. Acredita-se que até abril haverá a sexta redução consecutiva da taxa básica de juros da economia em meio ponto percentual, deixando a Selic em 9,5% ao ano. Entretanto, trata-se de um evento incerto e arriscado, e não se pode levar esta expectativa adaptativa e racional como certeza de ocorrência. Com a tendência de queda na taxa de juros, o investidor vê como melhor opção aplicar em títulos pré-fixados conforme elucidaremos abaixo.

A possibilidade de seis quedas sucessivas na taxa básica de juros da economia (estimada em meio ponto percentual) nas próximas reuniões do COPOM combinaria com as metas traçadas pelo governo, que prevê crescimento do PIB para 2012 em 4% junto com as medidas de políticas monetária e fiscal expansionistas. Há, ainda, o medo e o dilema de que com o desaquecimento da economia estas medidas tornem-se onerosas e virem estímulos para excesso de demanda e consumo excessivo, levando ao aumento da inflação e podendo superar a meta de 4,5% traçada para 2012. O governo vislumbra um cenário de pessimismo, já que a política do Banco Central interromperia a queda dos juros e elevaria a taxa Selic, de forma a restringir o crédito e novamente desaquecer o consumo para conter a alta inflacionária. O caminho pessimista alternativo e minoria para alguns economistas para as próximas reuniões do COPOM seriam os juros se estabilizarem entre 10,5 ou 11% ao ano, mantendo uma tendência de alta estabilizada, sendo mais atraente para o investidor manter um portfólio de títulos atrelados à Selic.

Nota-se que o investidor tem uma série de escolhas que podem ser feitas de acordo com o seu perfil. O primeiro cenário (otimista) mostra uma vantagem em utilizar aplicações em taxas pré-fixadas. O segundo (pessimista) oferece o investimento pós-fixado corrigido pela taxa Selic como o mais indicado. Porém deve-se estudar e prestar bastante atenção no cenário macroeconômico e nos indicadores, para então tomar a decisão que garantirá maior rentabilidade. Dessa forma, com um cenário muito provável de baixa na taxa básica de juros da economia em curto prazo, é mais indicado ao investidor que faça aplicações em títulos pré-fixados e diversificados, a fim de minimizar o risco inerente a este tipo de investimento e também para obter ganhos maiores.